

NOTA PÚBLICA COLETIVA

Organizações da sociedade civil repudiam espionagem ilegal do Governo do Pará contra defensoras e defensores de direitos humanos

As organizações da sociedade civil abaixo assinadas vêm a público manifestar profunda preocupação e indignação diante das graves denúncias de que a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Pará (Segup), por meio da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), estaria utilizando indevidamente suas atribuições para monitorar e vigiar defensoras e defensores de direitos humanos, incluindo lideranças indígenas e comunitárias, no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Pará (PPDDH/PA).

As informações tornadas públicas indicam desvio de finalidade no uso da estrutura estatal, transformando um instrumento concebido para proteger em mecanismo de vigilância e controle. Há fortes indícios de que informações sensíveis do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH/PA) foram ilegalmente apropriadas e utilizadas para alimentar prática de espionagem.

Esta conduta do Governo do Pará configura um ataque duplo à democracia: primeiro, contra a integridade e a vida das defensoras e defensores, que têm sua segurança, já fragilizada, ainda mais ameaçada por aqueles que deveriam protegê-los; segundo, contra a política pública de proteção, cuja credibilidade e efetividade são sabotadas de dentro para fora, violando-se os princípios de confidencialidade e confiança que a sustentam. O uso de dados protegidos para fins de vigilância política viola frontalmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e compromete a integridade e a credibilidade da política pública de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos.

O Pará, de acordo com o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), é o estado da Federação com o maior número de pessoas incluídas no Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, a maior parte deles ligados à luta pela terra, território e meio ambiente.

Dados da pesquisa *Na Linha de Frente: Violência Contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos* (2023-2024), realizada pela Justiça Global e Terra de Direitos, indicam ainda que o Estado do Pará é o mais violento para quem defende direitos, registrando 103 casos de violações de um total de 486 casos mapeados em todo o Brasil. Em dois anos foram contabilizados 6 assassinatos de defensores de direitos humanos e 94% das violências foram cometidas contra defensoras e defensores ambientais.

No contexto em que o Estado do Pará se prepara para sediar a COP 30, em 2025, tais ações ilegais persecutórias, apontam uma grande contradição, enquanto se projeta uma imagem de compromisso com o meio ambiente e os direitos humanos internacionalmente, localmente, o governo do estado do Pará criminaliza e espiona aqueles que lutam para tornar esses direitos uma realidade.

Reconhecemos a atuação da entidade gestora do PPDDH/PA, o Instituto Universidade Popular (Unipop), que declarou não ter qualquer relação com os acontecimentos. Manifestamos apoio à esta organização social e nossa confiança na sua atuação comprometida com a proteção de defensores e defensoras de direitos humanos no Pará.

Exigimos que todas as denúncias sejam apuradas de forma rigorosa e transparente, com a responsabilização dos agentes públicos que tenham ordenado, autorizado e executado tais práticas. A não adoção de medidas imediatas pelos órgãos competentes pode configurar prevaricação, agravando ainda mais os fatos.

Reiteramos a necessidade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da confiança na política de proteção tanto no Pará quanto em todo o País. Reafirmamos que políticas públicas de proteção devem ser ferramentas efetivas para proteger e salvaguardar vidas daquelas e daqueles que lutam pela defesa, garantia e por novos direitos. Defender quem defende direitos é proteger a democracia, a dignidade humana e o futuro comum.

Brasil, 20 de agosto de 2025.

Advocacia Popular Piauiense (APP)
Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)
Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH)
Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun
Associação Fórum Grita Baixada
Cáritas Brasileira Regional Norte II
CDDH Dom Tomás Balduino de Atilio Vivacqua ES
Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS)
Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Natureza de Buriticupu
Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular
Centro de Direitos Humanos de Barreirinhas (CDHB)
Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes
Centro de Memórias dos Movimentos Sociais
Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Pe. Josimo
Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz
Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)
Coletivo de Mulheres do Xingu
Coletivos Ribeirinhos do Xingu
Colônia dos Pescadores Profissional Artesanal Z 10 de Fátima do Sul MS
Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH)
Comitê Dorothy Stang – PA
Criola
Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)
Fórum Popular de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
Frente Estadual pelo Desencarceramento do RN – Desencarcera RN
Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDH/MMA)
Grupo Conexão G
Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB)
Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia
IDEAS – Assessoria Popular
Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial
Instituto Amazônia Solidária (IAMAS)
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
Instituto DH: promoção, pesquisa e intervenção em Direitos Humanos e Cidadania
Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social
Instituto Kitanda Preta
Instituto Mulheres da Amazônia
Instituto Socioambiental Casa Amazônia
Instituto Soma Brasil
Jumu'eha renda Keruhu - Centro de Formação Saberes Ka'apor
Justiça Global
Ka'a Mupy ta ha – Guardiões do Bem Viver Ka'apor
Mandato Vereadora Vivi Reis (PSOL/Belém)
Mocambo
Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Pará
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Pará (MST-PA)
Movimento Juntos!
Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH Brasil
Movimento República de Emaús
Movimento Xingu Vivo para Sempre
Rede Latina de Educação Comunal & Comunitária com Pedagogias Próprias
Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)
SPlutas – Coletivo de defesa de defensores/as de direitos humanos
Terra de Direitos
TUXA TA PAME – Conselho de Gestão Ka'apor
Xingu Indígena Ribeirinhos
Xingu Vivo